

# Contra o déficit, tributos altos

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O ministro João Sayad, do Planejamento, defendeu ontem o aumento dos impostos como meio imprescindível para reduzir o déficit público. Ele sustenta esta tese, ontem, durante o seminário "Brasil em Exame-85", promovido pela revista *Exame*, no auditório Petrópolis Portella, do Senado, assinalando que será uma tentativa inócuia financeirar o déficit único e exclusivamente com a tomada de empréstimos internos e externos, porque os mesmos problemas hoje verificados, se solucionados de forma paliativa, voltarão a surgir em 1986 e 1987, com mais vigor.

Na presença dos seus colegas da Fazenda, Francisco Dornelles; da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão; das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; e do Trabalho, Almir Pazzianotto, e de dezenas de empresários, o ministro Sayad sustentou que o governo tem de agir rapidamente para baixar as taxas de juros, mesmo que elas não possam cair muito, estimuladas que estão pela elevada remuneração que o Banco Central se vê obrigado a pagar na venda de títulos federais no mercado aberto. Porém Sayad não relacionou quais seriam as medidas de emergência que poderiam ser tomadas com esse objetivo.

Ele reafirmou que, com juros altos, dificilmente a economia poderá sair da fase de estagnação em que se encontra há quatro anos, enquanto a tarefa do

Ministério do Planejamento ficaria prejudicada, pois dificilmente, num quadro destes, pode-se planejar a economia dentro de horizontes mais amplos.

Durante e após sua exposição, o ministro do Planejamento declarou esperar que o FMI e os bancos credores sejam "generosos" para com o Brasil, aceitando renegociar os juros, por entender que os elevados níveis de suas taxas estão comprometendo a recuperação econômica do País. Para ele, enquanto persistirem inflação e juros internos altos, o governo não encontrará apoio da sociedade para uma ampla política de distribuição de renda e de expansão do emprego.

Assinalando que o déficit público é "o nó górdio da política econômica", Sayad ressaltou também que o governo deve agir rapidamente nesse campo, usando os escassos instrumentos de que dispõe. Disse que a União tem gastos sem limite, compromissos desconhecidos, mas que na última hora é chamada a honrar, e despesas limitadas. Nesta última classificação, segundo Sayad, estão os recursos destinados à área social, os quais são insuficientes.

Diante desse quadro difícil, o ministro do Planejamento entende que seria enganar a opinião pública dizer que o déficit de Cr\$ 84,9 trilhões previsto para 1985 pudesse ser coberto de outra forma, além daquelas imaginadas (corte de despesas, emissão de títulos da dívida e emissão de papel-moeda), que incluem o aumento da carga tributária.

Para Sayad, elevar os impostos, mesmo sendo uma decisão indigesta no atual estágio da economia, é a alternativa menos dolorosa.

**SARNEY**

O presidente José Sarney começa a definir hoje, com os ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, do Planejamento, João Sayad, da Agricultura, Pedro Simon, e da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, se faz o corte nos gastos públicos ou aumenta impostos, visando a combater o déficit público.

O ministro Francisco Dornelles disse que, pessoalmente, prefere cortar despesas. Mas, se esse corte for insuficiente, o governo terá de recorrer a aumentos de impostos via lei complementar a ser submetida ao Congresso Nacional. A situação do déficit público, explicou o ministro, será ainda pior em julho, quando haverá o aumento do funcionalismo (reajuste de 100% do INPC), a comercialização do café e crédito para custeio de safra.

Insistiu o ministro: "O déficit em julho será brutal e a situação de caixa difícil, com tendências a piorar, porque não podemos continuar financiando o déficit com colocação de títulos, porque isso aumenta as taxas de juros, e nem com emissão de moedas, porque pressiona a inflação". O ministro disse, porém, que alguns acertos já estão sendo feitos. Por exemplo, foi autorizada a rolagem de 100% da dívida dos Estados e municípios, esperando-se com isso que não recorram com tanta freqüência à União.